



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008848-51.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Gabriella Cristina Santos Araújo**  
 Requerido: **Rubiel Gomes Matoso**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Gabriella Cristina Santos Araújo, devidamente representada por sua genitora, intentou pedido de obrigação de entrega de coisa certa em face de Rubiel Gomes Matoso. Informa que a requerida era convivente de Givaldo de Souza Araújo, pai da requerente, vindo ele a falecer em 06/06/2016. Ocorre que solicitou à requerida cópias de documentos para obter o seu percentual da pensão por morte deixada, em vão.

À fl. 23 foi deferido pedido liminar para determinar a entrega dos documentos, sob pena de multa.

A requerida foi citada (fl. 27), não contestando o pedido (fl. 28).

O MP se manifestou às fls. 11 e 35.

É o relatório.

Decido.

O feito se encontra apto a julgamento, estando presentes todos os requisitos necessários à compreensão da lide.

A autora acostou a sua certidão de nascimento (fl. 17), não havendo dúvidas quanto à filiação.

No mais, realmente são necessários alguns documentos para o requerimento de pensão por morte.

Como a autora, filha do de cujus que convivia com a requerida, não mais residia com o pai, evidente a sua dificuldade em obter os documentos necessários, sendo necessária a intervenção judicial. Isso é o que basta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial concedendo o prazo de 05 dias, contados da intimação da requerida, para a entrega, no ofício do Cartório, dos seguintes documentos: 1) comprovante de endereço do de Givaldo de Souza Araújo, enquanto vivo; 2) cópias de sua CTPS (página na qual consta a foto, qualificação e último registro de emprego) e 3) Cartão com o número do PIS.

Em caso de descumprimento, incidirá a multa já aplicada à fl. 23, que ora fixo definitivamente em R\$3.000,00, corrigidos até o efetivo pagamento. Além disso, fica desde já determinada a busca e apreensão dos documentos, que deverá ser cumprida por oficial de justiça, com o auxílio da polícia, se necessário.

A requerida, sucumbente, arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor atualizado da causa.

PIC

São Carlos, 21 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**